

A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ: ANÁLISE E PERSPECTIVA¹

Denise Kloeckner Sbardelotto*

lattes.cnpq.br/2273605430845061

André Paulo Castanha**

lattes.cnpq.br/1494732192723550

Resumo: Neste artigo propomos uma análise da história e historiografia da educação da atual mesorregião Sudoeste do estado do Paraná. O objetivo é contribuir com o debate acerca da história da educação regional, considerando os principais acontecimentos históricos que afetaram a constituição dessa região em meados do século XX, marcada pela disputa pela terra. A ocupação se intensificou a partir da década de 1930, no contexto de “Marcha para Oeste”, através da migração de colonos sulistas e administração de companhias colonizadoras. Neste contexto, formas de escolarização foram sendo organizadas pelos colonos e companhias. Para compreender tal processo, tomamos como embasamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e utilizamos como fontes de pesquisa os livros, monografias, dissertações, teses e artigos produzidos sobre a temática. Analisamos as produções existentes sobre a escolarização institucionalizada na região entre as décadas de 1930 e 1970, através da seguinte classificação: “instrução sem instituição”, “casa escolar”, “casa escolar pública” e “grupo escolar” (EMER, 1990). Também desenvolvemos um breve levantamento historiográfico de pesquisas existentes sobre as primeiras iniciativas educacionais no Sudoeste do Paraná, desenvolvidas no recorte histórico entre 1940 a 1990. Podemos concluir que a produção sobre a escolarização institucionalizada nestas regiões no período delimitado é escassa, o que configura um grande desafio para pesquisadores e grupos de pesquisa da região em mapear as fontes ainda disponíveis e resgatar as singularidades da história da educação na mesorregião Sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Colonização e escolarização; História da Educação Regional; Sudoeste do Paraná.

¹ Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp (Brasil). Contato: deniseklsb@yahoo.com.br.

** Doutor em Educação. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste (Brasil). Contato: andreicastanha66@gmail.com.

THE RESEARCH IN HISTORY OF EDUCATION IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ: ANALYSIS AND PERSPECTIVE

Abstract: In this article, we propose an analysis of history and historiography of education in the mesoregion southwest of the state of Parana. The objective is to contribute to the debate about the history of regional education, considering the main historical events that affected the constitution of this region during 20th century, marked by the land dispute. The occupation intensified from the 1930s onwards, in the context of the “March to the West”, through the migration of southern settlers and the administration of colonizing companies. In this context, forms of schooling were being organized by settlers and companies. In order to comprehend this process, we assume as a theoretical-methodological basis historical-dialectical materialism and use as search source books, monographs, dissertations, thesis and articles produced about this thematic. We analyzed the existing productions about institutionalized schooling in the region between the decades of 1930 and 1970, through the following classification: “instruction without institution”, “school house”, “public school house” and “school group” (EMER, 1990). We also developed a brief historiographical survey of the existing researches about the first educational initiatives in the Southwest of Paraná, developed in the historical cut from 1940 to 1990. We can conclude that the production about the institutionalized schooling in this regions during the delimited period is scarce, which configures a great challenge to researchers and research groups in the region to map the sources that are still available and rescue the singularities of the education history in the mesoregion Southwest of Parana.

Keywords: Colonization and schooling; History of Regional Education; Southwest of Paraná.

* * *

Introdução

O levantamento e catalogação de fontes sobre essa região, na busca por evidências de sua singularidade, tem sido uma das prioridades e, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios para pesquisadores em história e história da educação. O desafio é ainda maior ao compreendê-la como território objeto de frentes de ocupações seculares, pouco conhecidas e registradas pela história – como a ocupação indígena –, mas também de ocupações recentes. Entendemos como ocupação recente a intensa corrente migratória de descendentes de alemães e italianos que residiam nos

estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e que foram estimulados a ocuparem o Sudoeste² do Paraná. A migração se intensificou a partir da década de 1930, no contexto de “Marcha para Oeste”, sucedendo a ocupação argentina e paraguaia, cuja base foi a extração de erva-mate e madeira. Outra característica da região foi a relação dos colonos com as companhias colonizadoras, ocasionando violentas disputas pela posse da terra entre posseiros e colonizadoras, expresso no levante armado conhecido como “Revolta dos Posseiros de 1957”, no Sudoeste do Estado. Os migrantes sulistas garantiram sua permanência através de atividades de subsistência nas “colônias”, enquanto companhias colonizadoras enriqueciam com a exploração predatória da madeira nativa e loteamentos das terras. Neste contexto, formas de escolarização foram sendo organizadas pelos colonos, mas também por parte de companhias, todavia, essas experiências ainda são pouco conhecidas.

Sem a pretensão de esgotar um tema tão vasto e complexo, propomos neste artigo uma primeira e breve análise do processo de escolarização da atual mesorregião Sudoeste do estado do Paraná, considerando a produção historiográfica existente sobre o tema da história da educação nesta região, com o objetivo de contribuir com este debate. Para tanto, inicialmente abordamos os principais acontecimentos históricos que afetaram a constituição dessa região, analisando as frentes de ocupação que estiveram marcadas pelas disputas de terras. Em um segundo momento, a partir das modalidades educacionais definidas por Emer (1991), apresentamos como a escola foi organizada nos primeiros anos do século XX,

² “Com população de 586.776 habitantes (IBGE, 2009), a Mesorregião Sudoeste situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, abrange uma área de 17.060 Km² que corresponde a cerca de 8,54% do território estadual, é constituída por 42 municípios: Ampere, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vêre e Vitorino”. (MESORREGIÃO SUDOESTE, 2017).

quando a região foi definitivamente ocupada pelos núcleos coloniais de migrantes. Por fim, desenvolvemos um levantamento historiográfico de pesquisas existentes sobre as primeiras iniciativas educacionais no Sudoeste do Paraná, desenvolvidas no recorte histórico entre 1940 a 1990.

Frentes de Ocupação do Sudoeste do Paraná

O território compreendido hoje como estado do Paraná sofreu diversas frentes de ocupação ao longo de sua história. A difusão equivocada da chegada de portugueses e espanhóis na América como primeira ocupação nos induz ao erro conceitual de que tais terras estavam vazias e à espera de ocupação branca, surpreendentemente presente em alguns estudos ainda hoje difundidos. As terras da América, assim como o atual estado do Paraná tiveram como primeira frente de ocupação a indígena, de tribos da família Tupi-Guarani (Mbyá, Nhandeva, Nhandeté e Avá-Guarani) e Jê (Kaingang e Xokleng – botocudos)³. O território do Paraná, assim como o território Sudoeste do estado, consistia-se em uma floresta de difícil acesso, o que não inviabilizou movimentos migratórios e ocupacionais distintos⁴ e um processo milenar de povoamento (WACHOWICZ, 2002). As fontes e relatos orais sobre a educação neste período foram perdidas com o tempo, pois se tratava de uma educação indígena não sistematizada, cuja transmissão dos costumes e crenças era realizada pela transmissão oral dos mais velhos aos mais novos, de geração a geração.

Foi apenas no final do século XV que houve a segunda frente de ocupação do território paranaense por povos não indígenas, sobretudo, espanhóis e portugueses. Segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494, o território a Sudoeste do Paraná pertencia ao território espanhol, assim como a

³ Ainda existem reservas indígenas no Paraná compostas por descendentes destas tribos, em São Miguel do Iguçu, Guaíra e Tupãssi, por exemplo.

⁴ Como exemplo, podemos citar o “Caminho de Peabiru”, formado por redes de caminhos indígenas que atravessavam o território atual do Paraná, chegando ao rio Paraná na altura da foz do rio Piquiri, e cortava o atual Chaco paraguaio até chegar aos planaltos peruanos e ao Oceano Índico (BOND, 2009).

maior parte do território deste atual estado (NIEDERHEITMANN, 1986). Essas ocupações foram marcadas pela formação de prósperos povoados e diversas Reduções Jesuíticas por padres espanhóis da Companhia de Jesus, que adentraram o território via leste/oeste rumo ao Porto de Paranaguá e constituíram em conjunto a *Província del Guayrá*. A prosperidade e complexidade de organização comunitária destes povoados e reduções foram conquistadas com base na exploração da mão-de-obra indígena e das riquezas naturais do território (COLODEL, 2003). A educação nestas Reduções também carece de fontes, mas pode-se afirmar que estava baseada na catequização indígena com base nos preceitos religiosos católicos. Este seria o início de uma educação sistematizada, com base em costumes europeus e na aculturação dos indígenas. Nos primeiros anos do século XVII, estes povoados e reduções foram dizimados pelas Bandeiras Paulistas que, devido à carência de escravos negros, partiram de Santos/SP em busca de mão-de-obra indígena para escravidão:

Os jesuítas, atacados violentamente pelas expedições portuguesas e não contando com o apoio integral dos espanhóis que ali habitavam, viram suas Reduções serem devastadas num ritmo incrivelmente veloz. Comandadas pelo bandeirante Antônio Raposo Tavares, as expedições portuguesas lograram destruir todas as Reduções do Guairá no espaço de tempo de apenas quatro anos! De 1629 a 1632. (COLODEL, 2003, p. 33).

Com o Tratado de Madri de 1750, que considerou a linha divisória do Rio Paraná, o território Sudoeste do Paraná passou legalmente ao domínio português, porém não se tornaram alvo de ocupação branca até final do século XIX.⁵ (COLODEL, 2003). No decorrer deste século, estas terras sofreram uma terceira frente de ocupação: a penetração argentina e paraguaia, através da ocupação independente ou do sistema de *obrages*⁶ (WACHOWICZ, 2002).

⁵ Até meados de 1853, o atual estado do Paraná pertencia à Província de São Paulo. Foi desmembrado pela Lei nº 704, de 29/08/1853, sancionada pelo Imperador D. Pedro II, transformando a 5ª Comarca de SP na Província do Paraná. A Província do Paraná foi instalada oficialmente em 19 de dezembro de 1853 (CASTANHA, 2007).

⁶ Com predominância no atual Oeste do Paraná, estas companhias de exploração e beneficiamento de erva-mate nativa (o *Ilex paranaense*) chegaram ao Paraná no pós-Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai 1865-1870), quando a produção

A necessidade de “nacionalizar” a fronteira leste já era percebida pelo governo brasileiro desde os anos finais do século XIX. Com base no princípio jurídico do *uti possidetis*, reconhecido pelo Tratado de Madri, teria posse legítima quem tivesse a posse de fato, quem ocupasse o território. As reações brasileiras e paranaenses foram no sentido de ocupar para manter o direito legal da posse (WACHOWICZ, 2002). No Sudoeste do Paraná a ocupação argentina gerou um litígio de terras. Enquanto a Argentina reivindicava a linha divisória entre os dois países pelos rios Chapecó e Chopim – ficando o Sudoeste do Paraná de domínio argentino – o Brasil reivindicava a divisão pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu (WACHOWICZ, 2002; LAZIER, 1998). Essa indefinição nos tratados gerou o conflito que levou à arbitragem dos Estados Unidos da América – EUA, representado por Grover Stephen Cleveland:

O presidente Floriano Peixoto mandou a Washington o político e diplomata Barão do Rio Branco, que com mapas e documentos irrefutáveis, defendeu a causa do Brasil. Em 05 de fevereiro de 1895, o Presidente dos E.U.A deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do território das Missões, situado entre os rios Iguaçu e Uruguai, até os afluentes Santo Antônio e Peperiguaçu, pertencia ao Brasil. (LAZIER, 1998, p. 23).

Enquanto a questão litigiosa não era resolvida, a reação brasileira e paranaense para garantir a ocupação brasileira do território do Sudoeste

argentina sofreu declínio. Este sistema operou ilegalmente na maior parte da permanência das *obrages* em território brasileiro, na exploração da erva-mate nativa, e posteriormente, da madeira nativa em toras. De capital predominantemente argentino, as *obrages* se mantinham a custa da mão-de-obra paraguaia (*mensus*), numa relação de exploração degradante, opressora e violenta, de subserviência destes em relação aos contratantes. Através do domínio econômico, os capitalistas argentinos exerciam o domínio sociocultural. A educação ocorria no ensino para o trabalho, através do qual eram transmitidos costumes, religião, idioma etc., argentinos em território brasileiro. As fontes disponíveis indicam que esta educação para o trabalho era limitada e adequada apenas às necessidades do trabalho prático na *obrage*. Diversos fatores contribuíram para a decadência das *obrages* a partir da segunda década do século XX: a política de incentivo de plantações de ervais argentinos em Missiones; o alto custo de transporte da erva-mate paranaense; a presença dos militares da Coluna Prestes em 1924, que incitou a revolta dos *mensus* e desarticulou o sistema de coerção das *obrages*; e o aumento da tributação da importação da erva-mate pelo governo argentino a partir da década de 1930 (WACHOWICZ, 2002; LOPES, 2002).

também contou com várias expedições. Neste período já existia na região Sudoeste do Paraná alguns núcleos urbanos, originados de “fazendas”, cujos fazendeiros eram “grileiros” ou “posseiros”⁷ e nas quais trabalhavam os “caboclos”. Estas fazendas foram fundadas durante o século XVIII, quando eram locais de pouso para o comércio de gado entre São Paulo e o Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 2002).

Fundada em 1855 a “Freguesia – Paróquia de Palmas”, foi elevada a Vila em 1877, como “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas”. A ocupação dos “Campos de Palmas” era uma intenção antiga ainda do governo da Província de São Paulo, que enviou duas expedições (1836 e 1839) de Guarapuava, com a missão de conquistar os indígenas e povoar os “Campos de Palmas”. Estas expedições de colonizadores brancos tiveram participação dos caciques indígenas “Viri” e “Condá”. Também havia a “Freguesia de Bela Vista de Palmas”, oficializada em 1884. Segundo Kruger: “Em 28 de junho de 1892, a freguesia foi elevada a município pela Lei n. 28. E em homenagem ao presidente norte-americano, em 1909 passou a chamar-se Clevelândia” (2004, p. 66). Esta localidade foi fundamental ao governo brasileiro no período da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando foi destacada uma força da Guarda Nacional para guarnecer a fronteira. Com o prolongamento da guerra, os alojamentos provisórios dos “praças” se transformaram em habitações permanentes. Outra localidade pioneira do Sudoeste do Paraná é a atual cidade de Chopinzinho, criada por Dom Pedro II em 1859, porém, fundada apenas em 1882 como “Colônia Militar do Chopin”, com a chegada de militares e colonos. A intenção era defender a região da presença argentina. A Colônia passou a domínio civil como “Distrito Policial do Chopin” em 1909 (WACHOWICZ, 2002).

O outro conflito de terras que marcou fortemente este período na região Sudoeste foi o que gerou a Guerra do Contestado (1912-1916),

⁷ O termo “posseiro”, conforme Myskiw (2002), “[...] é aquele que adquire (ou ocupa) e faz uso de uma determinada área de terra sem ter título de propriedade expedido, em seu nome, pelo Estado ou pela União” (MYSKIW, 2002, p. 24). Já o termo “grileiro” significa a falsificação de documento público ou particular para obtenção de terras ou imóveis alheios (MYSKIW, 2002).

causada pelo litígio de terras entre as províncias do Paraná e Santa Catarina. Conforme Wachowicz (2002), Santa Catarina reivindicava a fronteira com o Paraná pelos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu: “o território em disputa pelos dois estados ficou conhecido como Contestado e compreendia uma área de aproximadamente 48.000 km²”. (WACHOWICZ, 1987, p. 147). A ausência de regularização da posse das terras e a insatisfação dos “caboclos” posseiros que na região residiam, somadas à ausência do poder público e com a presença de fanatismo religioso, gerou a revolta armada entre os “caboclos” e os representantes do poder estadual e federal brasileiro. Os posseiros contestavam a doação do governo brasileiro aos madeireiros e à “Southern Brazil Lumber & Colonization Company”⁸ que, ao se instalar na região e iniciar a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciaram a desocupação das terras há muito tempo ocupadas pelos posseiros. Estes tinham como amparo ideológico a pregação messiânica de monges que fundaram aglomerados de caboclos revoltados e, via pregação, os incitavam a travar uma “guerra santa”. Após anos de conflitos armados e muitas mortes, as tropas do exército brasileiro venceram e dizimaram o último dos redutos dos “caboclos” e, em 20/10/1916, os dois estados assinaram o acordo de fronteira: “[...] graças a intervenção do Presidente Wenceslau Braz quando o Paraná contentou-se com 20.000km² e Santa Catarina com 28.000 km²”. (WACHOWICZ, 1987, p. 147). Conforme Lazier (1998): “[...] a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina. Portanto, a região do Sudoeste do Paraná só passou a pertencer ao Estado do Paraná após a assinatura do acordo de 20 de outubro de 1916” (LAZIER, 1998, p. 23).

Wachowicz (2002) afirma que: “Na década de 1920, os terrenos da Colônia Pato Branco já estavam ocupados. As regiões vizinhas de Vitorino,

⁸ A Companhia de Estradas de Ferro São Paulo–Rio Grande - CEFSPRG era uma filial da empresa multinacional “Southern Brazil Lumber & Colonization Company”, que já atuava no Brasil e foi contratada pelo governo do Paraná para construção de estradas de ferro em troca das terras das Glebas Missões e Chopin, supostamente devolutas: “[...] o Governo do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro e já começou a titular terras a referida companhia. [...] O território das glebas Missões e Chopim representavam quase todo o atual Sudoeste do Paraná” (LAZIER, 1998, p. 25).

Enéas Marques, Renascença, Itapejara do Oeste etc., passaram a ser ocupadas pelo sistema de posse.” (WACHOWICZ, 2002, p. 181). Desta resolução em diante houve um considerável aumento populacional na região Sudoeste:

Desta forma, de 1900 a 1920, a população do sudoeste passou de 3.000 habitantes para 6.000. A procedência deste aumento populacional assim pode ser resumida: a) peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que á procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para oeste; b) peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, a procura de terras para subsistência; c) foragidos da justiça do Paraná, Santa (sic.) Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei; d) posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da *Brazil Railway Co*; e) argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva-mate; f) crescimento vegetativo da região. (WACHOWICZ, 1987, p. 58).

As atividades econômicas predominantes até a década de 1930 no Sudoeste do Paraná eram: a exploração predatória e itinerante da madeira (reserva nativa de pinhais) em abundância; a exploração nociva da erva-mate; a criação de suínos em um sistema de criação solta na mata (safristas e índios), vendidos tropeados pela região; e a insipiente pecuária (grandes latifúndios) (PADIS, 1981).

Como indicado por Mondardo (2010), a maioria dos caboclos que habitaram o Sudoeste do Paraná entre 1900 e 1940 veio das regiões em conflito, conhecidas como “Contestado”. Assim alguns pequenos núcleos urbanos se formaram ou foram formados por ordem governamental, para abrigar egressos da área do Contestado tais como: Pato Branco (1918) – inicialmente “Canela” e “Bom Retiro”; Barracão e Santo Antônio (1903) na fronteira com a Argentina; Campo-Erê/SC (final do século XIX, na fronteira com PR); posteriormente “Vila Marrecas” (1947), depois Francisco Beltrão, desmembrado de Clevelândia em 1951 (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 2002).

A quarta frente de ocupação da atual região Sudoeste do Paraná e que mais representa suas características sociais foi com a chegada dos migrantes sulistas, provenientes em sua maioria do Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e de outras regiões do Paraná, na maior parte, descendentes de alemães e italianos: “[...] embora, desde a terceira década deste século, se pudessem encontrar gaúchos em terras do sudoeste paranaense, foi a partir de 1952, e especialmente depois de 1956 que esse movimento migratório se intensificou de forma surpreendente” (PADIS, 1981, p. 152). Esta migração foi incentivada pelos governos nacionais, sobretudo, a partir da década de 1930, com políticas de modernização e ocupação dos espaços brasileiros ainda “vagos”⁹ do interior do país, sobretudo, em regiões de fronteira. Estas medidas nacionalizadoras pós-Movimento de 1930 ficaram conhecidas como “Marcha para Oeste”. No Paraná estas políticas foram concretizadas através do interventor Mário Tourinho, que promulgou Decretos Estaduais n.º 300/1930 e 1678/1934 que, dentre outras medidas, anulou e retomou ao estado as terras concedidas à Companhia Braviaco e Companhia Meyer, Anes e Cia Ltda. e as terras das Glebas Missões e Chopim, concedidas à CEFSPRG. Parte destas terras estava situada no Sudoeste do estado do Paraná. Como medida de superação da crise econômica de 1929, esta política tinha o intuito de diminuir a população do centro-sul e fomentar a produção agrícola, base para a movimentação do mercado e posterior desenvolvimento industrial, através do incentivo ao processo de ocupação demográfica no estado (PADIS, 1981; LAZIER, 1998).

A migração sulista teve origem no excedente populacional das colônias de imigrantes do sul, esgotamento das possibilidades de expansão das fronteiras agrícolas das antigas colônias e a redução da fertilidade do solo causada pela forma de cultivo. Essa migração efetivamente ocupou as terras do Sudoeste do Paraná. Os agricultores compravam pequenas propriedades de terras de companhias colonizadoras privadas.¹⁰ Estas companhias, além de venderem os lotes, atuavam como liderança político-

⁹ A expressão “vagos” ou “vazio” demográfico foi muito utilizada no contexto da “Marcha para Oeste”, para justificar a necessidade de expansão do capitalismo no Brasil. No caso da região Sudoeste, antes da chegada dos sulistas, já havia uma considerável população de indígenas e caboclos, como bem demonstrou Langer (2010).

¹⁰ Alguns “caboclos” começaram a vender suas “posses” de terras aos colonos imigrantes nas décadas de 1930 e 1940, devido ao conhecimento da instabilidade e insegurança da “posse” da terra sem escritura e à impossibilidade de convivência com os colonos sulistas (PADIS, 1981).

administrativa dos núcleos coloniais, construindo infraestrutura de acesso e permanência dos colonos, incluindo estradas, casas, igrejas, comércio e escolas – sobre as quais trataremos no próximo item. Nestes locais os agricultores se instalavam e reproduziam as técnicas e costumes agrícolas das modalidades de “colônias” existentes em seus locais de origem. Estes traziam características da uniformidade de procedência e identidade de suas colônias de origem, técnicas de uma insipiente mecanização da agricultura e inserção de cultura organizada de diversos artigos agrícolas. O objetivo das “colônias” era a produção de excedentes agrícolas (sobretudo grãos) para consumo e comercialização, em troca do pagamento pela terra. Para o colono, a terra era o componente fundamental de subsistência (GREGORY, 2002).

No Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), durante as décadas de 1940 e 1950, a política econômica nacional buscou superar a característica de agroexportador e importador de bens duráveis e passou a incentivar a industrialização e intensa urbanização. A população urbanizada e assalariada seria um novo mercado consumidor de alimentos. Assim, tanto a expansão das fronteiras agrícolas era condição à ampliação de indústrias de processamento de alimentos, quanto o consumo de madeiras era necessário à construção de casas no Brasil e no exterior, para reconstrução dos países no pós-guerra (PADIS, 1981).

Na região Sudoeste foi criada por Getúlio Vargas¹¹ a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, em 12/03/1943, que teria a função de lotear e organizar as terras da região Sudoeste, situada em faixa de fronteira: “a CANGO era um órgão federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, o que era mais um fato que favorecia a grande migração interna para a região” (LAZIER, 1998, p. 38). Portanto, a CANGO também atuava como liderança político administrativa do núcleo colonial e imprimia seus interesses socioculturais:

¹¹ Neste mesmo período foram criados alguns territórios federais em regiões de fronteira no Brasil. Um deles foi o Território Federal do Iguazu, criado em 1943 e que abrangia parte do Paraná e Santa Catarina. Com a redemocratização de 1946 o Território Federal do Iguazu foi extinto (LOPES, 2002).

Tudo o que se fazia em Marrecas era em função da CANGO ou para a CANGO. Assegurava ela o acesso ao povoado e às regiões circunvizinhas, remunerava os trabalhadores de estradas, construía casas escolares, contratava professores e empreitava serviços diversos, estimulando o comércio ainda incipiente e encorajando a iniciativa privada (MARTINS, 1986, p. 3).

A CANGO efetuava a venda de lotes de terras não eram superiores a 10 (dez) alqueires e que permitiam apenas a absorção da força de trabalho familiar na produção de gêneros tais como suínos, trigo, milho, feijão, mandioca, arroz e, mais tarde, soja (PADIS, 1981).

Em 1950, outra companhia começou a atuar no loteamento das terras da região Sudoeste: a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA, que obteve o controle sobre a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.¹² Conforme Lazier: “[...] uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais” (1998, p. 21). Embora a CANGO continuasse atuando e auxiliando no estabelecimento do grande número de migrantes que estavam se mudando para o Sudoeste, a CITLA instalou escritório na região e começou a atuar na venda de lotes: “[...] os emissários da CITLA apareceram como proprietário das glebas Chopim e Missões, e passaram a vender a referida área em lotes aos posseiros e demais interessados”. (LAZIER, 1998, p. 27).

As companhias¹³ contrataram funcionários (jagunços) para visitarem as propriedades de agricultores – na maioria dos casos posseiros – e exigirem a assinatura de documentos de compra da terra, pagamento de parcelas e assinatura de promissórias. A abordagem muitas vezes era

¹² A CITLA conseguiu o controle sobre as terras do Sudoeste através da compra do crédito que Henrique José Rupp teria direito por indenização. Henrique José Rupp (1903-1986) foi um coronel pioneiro que residia em Joaçaba – SC e fornecia material e serviço à CEFSPRG. Ao não receber o pagamento pelos serviços prestados entrou na justiça e ganhou a causa em 07/05/1938, após dezoito anos de processo. Em 1950 as terras em domínio da estrada de ferro foram retomadas pelo governo federal e Rupp vendeu seu crédito à CITLA, que conseguiu receber como pagamento a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, em 17/11/1950 (NIEDERHEITMANN, 1986).

¹³ A CITLA se organizou em duas companhias imobiliárias: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná LTDA (COMERCIAL) e a Companhia Colonizadora Apucarana (APUCARANA) (NIEDERHEITMANN, 1986).

violenta e criminosa, sobretudo, nos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste:

[...] os homens da CITLA forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam. Exigiam do posseiro uma entrada e a assinatura de notas promissórias. Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro. Cometeram muitas irregularidades, criando um clima de instabilidade social (LAZIER, 1998, p. 54).

A organização gradativa dos agricultores e comerciantes contra a ação das companhias imobiliária culminou em uma reação contundente e definitiva no dia 10/10/1957 contra a CITLA, havendo a mobilização, ocupação e depredação dos escritórios da empresa em Francisco Beltrão e, posteriormente, em Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste:

O ano de 1957 foi um marco importante nos acontecimentos que culminaram com a saída da CITLA e suas subsidiárias da região, pondo fim a um período violento de represálias, emboscadas e mortes de inocentes e pacatos colonos que estavam interessados, tão somente, na luta pela sobrevivência pacífica ordeira (NIEDE-RHEITMANN, 1986, p. 42).

Diante dessa ação, os funcionários e “jagunços” das companhias abandonaram as cidades e os agricultores exerceram a liderança na região: “[...] os posseiros venceram as companhias colonizadoras que atuavam como grileiras e apoiadas pelo Governador do Paraná” (LAZIER, 1998, p. 63). Após estes acontecimentos, o governo federal criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, pelo Decreto n.º 51.431, de 19/03/1962. Ao enviar a equipe do GESTOP o objetivo era prosseguir com os trabalhos de colonização da região, legalizar a titulação de terras e construção de infraestrutura para seus moradores, tais como estradas, escolas, auxílio às atividades agrícolas (plantio e maquinário) etc.

Portanto, o maior fluxo populacional no Sudoeste do Paraná ocorreu a partir da década de 1950, com a predominância de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Isso se deveu ao aumento do latifúndio

pecuário e da intensificação da agricultura naqueles estados, que estimulou a migração para outras regiões, já que as cidades não tinham atrativos para absorver essa população. Este aumento populacional do Sudoeste do Paraná nas décadas de 1950 e 1960 acarretou na necessidade de implantação de uma infraestrutura mínima de um sistema viário, judicial, educacional etc. A intensificação do trabalho com a terra gerou excedentes na produção agrícola e comercialização, elevando a renda monetária da população e da demanda por bens manufaturados. Isso provocou o aumento dos estabelecimentos comerciais, dinamizando os centros urbanos, liquidando com o isolamento social e econômico da região. Em contrapartida, esta modernização e dinamismo também geraram o enriquecimento gradativo dos grandes proprietários e atacadistas da região e a conseqüente proletarização do trabalhador agrícola e o empobrecimento dos pequenos produtores (PADIS, 1981). Porém, vale ressaltar que, desde o início do processo de migração sulista para a região Sudoeste do Paraná, esta população recriou toda a infraestrutura de acesso e permanência das antigas colônias do sul. Sobre o aspecto educacional trataremos a seguir.

A educação no sudoeste do Paraná: as escolas dos colonos

Assim como ocorreu com a predominância da presença argentina nas fronteiras a Oeste do estado do Paraná, quando da exploração da erva-mate e madeira, o domínio econômico dos migrantes no contexto de suas colônias amparava o domínio sociocultural (costumes, religião, idioma, educação etc.). Padis (1981) observava que o isolamento dessas colônias em relação aos grandes centros urbanos devido à falta de meios de comunicação e vias de acesso (estradas, ferrovias, correios etc.), colaborava com o que chamou de “enclausuramento das relações sociais” da população das colônias:

Assim, isolada do mercado e marcada por um tipo de cultura, sem muitas possibilidades de se integrar socialmente no Paraná, atemorizada pelos graves acontecimentos ocorridos na década

dos cinquenta, em torno da posse da terra, é obvio que essa população tenderia a enclausurar-se nas suas relações sociais, reforçando e intensificando os seus vínculos com sua região de origem, o Rio Grande do Sul. (PADIS, 1981, p. 169).

As Escolas dos Colonos no Oeste do Paraná foram analisadas por Ivo Oss Emer (1991), mas também representam a realidade das escolas organizadas pelas colônias do Sudoeste do estado, visto que se tratava da mesma cultura migrante. A partir deste trabalho, não há como abordar a história da educação nestas regiões sem antes recorrer à classificação das iniciativas educacionais existentes nas colônias de migrantes que se instalaram no Sudoeste do Paraná. Assim como nas suas colônias de origem no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os agricultores que migraram para o Paraná a partir da década de 1930 também permaneceram por muito tempo isolados, em meio a florestas, distantes e com dificultosa comunicação com grandes centros urbanos. Além disso, o governo do Paraná também demorou muito para disponibilizar a assistência necessária a estas colônias, de serviços públicos como a escolarização, mesmo que de forma precária.

Esta ausência do poder público também levou as colônias de migrantes do Oeste e Sudoeste do Paraná a se organizarem e viabilizarem com autonomia a sua infraestrutura e suas escolas. Porém, não era este o único motivo: havia dificuldade de assumir a identidade brasileira entre os colonos descendentes de imigrantes europeus, muitos dos quais se sentiam estrangeiros e, portanto, nada reivindicavam do poder público. Não era interesse dos colonos a interferência e direcionamento da educação escolar pelo estado: “O Estado pretendia que a educação desempenhasse o papel de instrumento de nacionalização e homogeneização da população paranaense pela eliminação da heterogeneidade de línguas. O interesse dos colonos era a manutenção dos traços da respectiva nacionalidade” (EMER, 1991, p. 208). Assim, com autonomia, resolviam suas questões imediatas de sobrevivência e, de forma coletiva, encontravam as soluções de interesse da colônia: ferraria, marcenaria, selaria, sapataria, construção de carroças, organização do comércio da produção excedente, implantação de pequenas indústrias de transformação dos produtos coloniais, moinhos,

sistemas de conservação (derivados de leite, suínos, frutas e legumes), estradas e escoamentos, infraestrutura (hospital, templo, capela, escola etc.) (EMER, 1991).

Havia entre os migrantes o entendimento da importância da educação como via de inclusão social, política, econômica e cultural. Portanto, o apreço pela escola gerou a convicção da necessidade de viabilizar a escolarização dos seus filhos na própria colônia. Ao criar suas primeiras escolas, os colonos escolhiam um professor membro do próprio grupo colonial que definia, juntamente com a comunidade, os conteúdos que deveriam ser ensinados, ou seja, o currículo escolar: “A escola era realmente deles e produzia conhecimentos de seu interesse e na sua ótica de leitura, percepção e interpretação de mundo, isto é, uma escola a serviço do grupo colonial e de sua cultura” (EMER, 1991, p. 244).

A classificação de Emer (1991) para as escolas dos colonos começa com a “Escolarização Particular Domiciliar”, que era um tipo de instrução sem instituição escolar. Esta modalidade era caracterizada pela informalidade e ausência de regulamentação oficial, mas com regularidade e adoção de uma sequência de conteúdos considerados importantes. Nesta modalidade, as crianças e adolescentes em faixa etária de escolarização eram ensinados por um professor membro do grupo colonial, com condições e disposição de ensinar, sem necessariamente possuir formação. O ensino era ministrado geralmente no idioma de origem dos membros da comunidade, descendentes de imigrantes europeus: “Simplesmente, algumas crianças reuniam-se ao redor da mesa de refeições de uma residência para aprender a ler, escrever e calcular – currículo e objetivos educacionais estabelecidos pelos pais” (EMER, 1991, p. 214-215). Entretanto, o autor ressaltou que este ensino tinha regularidade e sequência de estudos, diferentemente da simples instrução oferecida pelos pais que, esporadicamente, ensinavam seus filhos a ler, escrever e contar.

A outra modalidade da classificação definida por Emer (1991) é a “Casa Escolar Particular”, construída e mantida pelo grupo social pioneiro. Esta modalidade era semelhante à anterior em termos de práticas educativas e por não ser oficial, mas nesta havia um local específico para a instrução, o que ampliava a capacidade de atendimento das crianças. Na casa

escolar também era exigida uma melhor qualificação do professor, que deveria dar conta de um currículo ampliado, que incluía as primeiras letras e cálculos, aspectos da cultura, costumes, religião de origem dos colonos. Conforme Emer (1991) estas duas primeiras modalidades entraram em crise antes do final da década de 1950, devido a dificuldade do núcleo colonial em encontrar professores que atendessem às exigências legais e à abertura gradual das novas gerações de colonos às influências externas ao núcleo colonial.

A terceira modalidade foi a “Casa Escolar Pública”, a qual inaugurou a presença do poder público na educação do núcleo colonial. Esta era criada por ato oficial do estado ou município, que a construía ou apenas assumia o pagamento dos professores. Da Casa Escolar, agora oficial e reconhecida pelo poder público, passou-se a exigir o ensino da língua portuguesa. Segundo Emer (1991), esta modalidade de escola ganhou destaque quando o “Certificado de Escolarização” tornou-se importante para os alunos. A necessidade de tal reconhecimento de escolarização significou que os habitantes da colônia começaram a buscar a inserção num espaço social ampliado para além do núcleo colonial.

Como uma escola oficial, os alunos das Casas Escolares Públicas eram submetidos aos exames públicos, elaborados pelos órgãos educacionais públicos para comprovação da escolaridade primária. Se comprovasse escolarização de nível primário, recebia o diploma – uma garantia de conquista de espaço de trabalho, especialmente no serviço público. (EMER, 1991, p. 216).

A última modalidade foi o “Grupo Escolar Público”, construído em núcleos coloniais mais desenvolvidos e amplamente inseridos na dinâmica regional e estadual, ou seja, nas cidades e vilas. Para Emer (1991), enquanto nas modalidades educacionais anteriores a preocupação era o ensino do “ler, escrever e contar”, no Grupo Escolar havia a necessidade de “passar” para a “série” seguinte. Isso significa que esta modalidade inaugurou um regime seriado rígido, com pré-requisito de exames na última série e cuja aprovação ao final garantiria o Certificado do Ensino Primário. Nesta modalidade, o trabalho do professor também era parcelado, dividido em séries. Portanto, o professor passou a ter controle parcial do

processo de ensino-aprendizagem, nos moldes da divisão social do trabalho, característico do modo de produção capitalista. Porém, este modelo de escola adequava-se às novas expectativas dos colonos, na medida em que passavam a buscar cada vez mais a “competência técnica” no ensino. Estes perceberam a importância da escolarização a partir do momento em que as forças produtivas passaram a exigir novas relações de produção e a instrução representava as condições de acesso a melhores espaços nas novas relações sociais.

O modelo de Grupos Escolares foi regulamentado no Brasil ainda na década de 1890, no estado de São Paulo. No estado do Paraná se deu pela Lei n. 1236/1912 (OLIVEIRA, 2001). No Sudoeste do Paraná só passou a existir de forma objetiva a partir do início da década de 1950. De inspiração europeia, os Grupos Escolares eram elitistas, adaptados às sociedades urbano-industriais e foram tomados como referência de ensino no Brasil, sobretudo, nas primeiras décadas da República. Tinham as seguintes características: divisão em séries; exigência de exames para passar para a série seguinte; conteúdos progressivos; controle parcial do professor sobre o processo ensino-aprendizagem; um professor por série; um diretor de grupo (seguindo o modelo industrial de produção e divisão social do trabalho). Portanto, a adoção do modelo dos Grupos Escolares nos núcleos coloniais também representou a inserção e adaptação do núcleo colonial à organização social do seu entorno. Esta não foi apenas uma necessidade dos colonos, mas também uma imposição do poder público.

Conforme Emer (1991), muitas dessas iniciativas tiveram origem no descontentamento dos colonos em relação ao ensino público e na necessidade de reproduzir na colônia escola semelhante à existente nos seus locais de origem. Com o passar dos anos surgiram também iniciativas educacionais particulares, principalmente com vínculos confessionais, que desempenharam importante influência na região Sudoeste do Paraná, atendendo às expectativas dos segmentos sociais existentes.

Todas estas modalidades educacionais existiram no Sudoeste do Paraná. O primeiro modelo praticamente desapareceu antes de 1960; o segundo foi bem expressivo e, na maioria dos casos, tais escolas foram incorporadas pelos poderes públicos, constituindo-se no terceiro modelo; o

terceiro modelo esteve muito presente até o início da década de 1990; o quarto modelo se intensificou nas cidades e vilas a partir de 1970, mas na zona rural só se consolidou a partir da década de 1990, quando avançou o processo de nuclearização das escolas rurais. Conforme registra as pesquisas de Belliato (2017) e Nurmberg (2017), na região houve um quinto modelo de escolas, constituindo-se numa mistura de escola comunitária/paroquial, com a estrutura física construída pela comunidade, administrada de forma privada/confessional por religiosas, que definiam o currículo e a organização pedagógica e que em algum momento foram “casa escolar”, com turmas bisseriadas e, em outros, como “grupo escolar”, organizado por séries ou classes. Nesse modelo, os poderes públicos também participaram auxiliando na construção da estrutura física, mas principalmente pagando professores.

A pesquisa acadêmica em história da educação no sudoeste do Paraná

Propomos neste tópico uma apresentação breve dos estudos acadêmicos existentes acerca da história da educação no Sudoeste do Paraná. Além das pesquisas já mencionadas sobre a história da educação do Sudoeste do Paraná, encontramos alguns trabalhos que se destacam.

Na temática das instituições escolares, a dissertação de Cattelan (2014), sob o título “Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada”, preenche uma lacuna importante em relação à história da educação no Sudoeste do Paraná, apresentando uma análise sobre as escolas rurais multisseriadas construídas neste período em Francisco Beltrão pela CANGO, órgão federal destinado a colonizar a região e ofertar infraestrutura aos seus habitantes. Especificamente sobre o a atuação da CANGO há o artigo “A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o Processo de Escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957”, de Cattelan e Castanha (2016). Outro estudo que deve ser destacado é de Nurmberg (2017), “História da Educação do Município de Enéas Marques – 1960 a 1992” que faz um importante

levantamento e análise das escolas que existiram neste município do Sudoeste do Paraná, se constituindo numa amostra significativa da forma de organização da educação na região. Outro trabalho de dissertação, recentemente concluído, é o de Belliato (2017), intitulado “O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização em Francisco Beltrão (1952-1982)”, que analisa os pormenores de criação e desenvolvimento desta pioneira instituição educativa confessional localizada em Francisco Beltrão desde meados do século XX, referência para demais instituições educativas do município.

Sobre a história da formação de professores no Sudoeste do Paraná identificamos a dissertação de Biezek (2011), intitulada “Aspectos de uma trajetória histórica institucional e discurso educativo: ideário e formação de professores em Palmas, Paraná”, cuja análise abordou o papel da Escola Agrícola Tia Dalva, criada em 1985, e sua intencionalidade formadora. Há também a dissertação de Bonato (2011), sob o título “A formação de professores para as séries/anos iniciais do fundamental e a avaliação de seu desempenho no município de Dois Vizinhos no período de 1971 a 2008”. A autora também analisou a formação de professores em um período histórico importante pós-década de 1970, quando foi criada a primeira Escola Normal de Dois Vizinhos. Outro estudo é a dissertação de Gemi (2012), sob o título “A primeira escola de formação de professores em Pato Branco e o desenvolvimento econômico e educacional da Região Sudoeste do Paraná (1960-1986)”, que se debruçou sobre a importância histórica da Escola Normal Colegial Dr. Xavier da Silva, no período de 1960 a 1986, localizada na cidade de Pato Branco, porém, local de formação de professores para toda a região Sudoeste. Identificamos também o artigo de Belliato e Castanha (2016) “Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi – 1965 – 1976: primeiros apontamentos sobre a formação de professores primários em Francisco Beltrão-PR”. O estudo faz alguns apontamentos sobre a história da formação de professores em Francisco Beltrão – PR, tendo como foco a formação em escolas normais, ginásial e colegial, mais especialmente sobre o papel da Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi, desde sua instalação em 1965, junto ao Instituto Nossa Senhora da

Glória, até a sua incorporação a Magistério de 2º grau no final da década e 1970.

Sobre a educação infantil localizamos o estudo de Conceição (2014), denominado de “Práticas e Representações da Institucionalização da Infância: bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990)”. No estudo a autora investigou o processo de institucionalização da infância bem pequena em creches, articulada a história da educação infantil e da infância, recorrendo a aportes teórico-metodológicos da história cultural.

Quanto ao ensino superior destacamos os seguintes estudos: a tese de Bernartt (2006), intitulada “Desenvolvimento e Ensino Superior: um estudo do Sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos”, que analisou as manifestações dos conceitos de região e desenvolvimento e as relações com o ensino superior da região Sudoeste do Paraná. Há ainda o artigo de Luporini (2008), resultante de longa pesquisa e intitulado “Ensino Superior no Paraná: a memória da região Sudoeste”, uma interessante análise acerca do início da oferta deste nível de ensino na região a partir da década de 1960, através do processo de criação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, na cidade de Palmas. Outra referência é a dissertação de mestrado de Turmena (2009), que investigou a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná, no período de 1967 a 2009 a partir dos determinantes políticos e econômicos, considerando a organização social do trabalho (relações capitalistas de produção) e a atuação do Estado na formulação de políticas educacionais. O mesmo autor, em artigo de (2011) intitulado de “Ensino Superior e Política Educacional: a gênese do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná”, buscou entender as origens dessa modalidade de ensino em meados da década de 1960.

Este é um breve panorama da produção atual sobre escolarização na região Sudoeste, considerando o recorte de 1940 a 1990. Sobre o período posterior há uma diversidade maior de estudos envolvendo vários aspectos educacionais. De todo modo, vale ressaltar que a região ainda é bastante carente em estudos acadêmicos de uma gama muito ampla de temáticas.

Considerações finais

A região Sudoeste do Paraná é resultado de muita luta e disputas pela terra, conflitos e tensões sociais. Isso se deve ao grande valor econômico destas terras, das madeiras e erva-mate nativas, bem como da fertilidade de seu solo. Portanto, tais disputas eram impulsionadas por interesses econômicos e políticos, mas também pela luta pela sobrevivência de “caboclos” e camponeses que viviam do trabalho na terra.

Ao se instalarem no Sudoeste do Paraná, os migrantes sulistas descendentes de europeus, também foram alvo e agentes de disputas pela terra. E foi neste cenário que as diferentes formas de escolarização foram sendo gestadas nos núcleos coloniais desta região. Sobre estas iniciativas, bem como sobre as iniciativas anteriores aos núcleos coloniais, possuíamos pouca ou pouquíssimas pesquisas acadêmicas. As fontes e depoimentos orais também foram ou estão sendo perdidos com o tempo. Contamos com alguns estudos posteriores à década de 1960, que encontraram a dificuldade – e também o privilégio – de realizar um levantamento primário de fontes ainda não analisadas. Contudo, ainda há muitas outras fontes em arquivos pessoais ou instituições, que precisam ser resgatadas e preservadas. Da mesma forma, ainda há vários objetos de pesquisa possíveis sobre os diferentes aspectos da história da educação no Sudoeste do Paraná. Este tem sido um grande desafio aos pesquisadores em história da educação desta região, que realizam pesquisas individuais e almejam avançar os esforços em âmbito cada vez mais coletivo.

* * *

Referências

- BELLIATO, M. da C. *O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização em Francisco Beltrão (1952-1982)*. Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE, 2017. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BELLIATO, M. da C.; CASTANHA, A. P. Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi – 1965 – 1976: primeiros apontamentos sobre a formação de professores primários em Francisco Beltrão-PR. *Faz Ciência*, vol. 18, n. 27, jan/jun de 2016, p. 191-211.
- BERNARTT, M. de L. *Desenvolvimento e ensino superior: um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos*. Campinas. UNICAMP, 2006. (Tese doutorado em Educação).
- BIEZEK, M. de C. *Aspectos de uma trajetória histórica institucional e dis-curso educativo: ideário e formação de professores em Palmas, Paraná*. Curitiba – PR: PUC/PR, 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BONATO, E. M. *A formação de professores para as séries/anos iniciais do fundamental e a avaliação de seu desempenho no município de Dois Vizinhos no período de 1971 a 2008*. Curitiba – PR: PUC/PR, 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BOND, R. *História do Caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico*. Rio de Janeiro: Aimberê, 2009.
- CASTANHA, A. P. *O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos – SP, UFSCAR, 2007.
- CATTELAN, C. *Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada*. Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE, 2014. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- CATTELAN, C. e CASTANHA, A. P. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o Processo de Escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016, p. 285-304.
- COLODEL, J. A. *Cinco séculos de história*. In: Peris, A. F. (org.). *Meso-região do Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas*. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- CONCEIÇÃO, C. M. C. *Práticas e Representações da Institucionalização da Infância: bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990)*. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2014. (Tese de doutorado em Educação).
- EMER, I. O. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola*. Rio de Janeiro – RJ, FGV, 1991.

- GEMI, C. *A primeira Escola de Formação de Professores em Pato Branco e o desenvolvimento econômico, social e educacional da Região Sudoeste do Paraná (1960-1986)*. Curitiba – PR: PUC/PR, 2012. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2002.
- KRUGER, N. *Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé*. Curitiba: Gráfica Positivo, 2004.
- LANGER, P. P. Os Guarani da Gleba Missões na memória dos colonos eurobrasileiros. In: LANGER, P. P.; MARQUES, S. M. dos S.; MARSCHNER, W. R. (Orgs). *Sudoeste do Paraná: ocupação territorial e diversidade étnica*. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2010, p.141-169.
- LAZIER, H. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3ª ed. Francisco Beltrão - PR: Grafit, 1998.
- LOPES, S. *O Território do Iguacu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel - PR: EDUNIOESTE, 2002.
- LUPORINI, T. J. Ensino Superior no Paraná: a memória da região Sudoeste. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas - SP, nº 31, p. 52-66, set.2008.
- MOTA, L. T. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- MYSKIW, A. M. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Niterói – RJ, UFF, 2002.
- MARTINS, R. S. *Entre jagunços e posseiros*. 1ª ed. Curitiba: Ed. Curitiba, 1986.
- MONDARDO, M. L. “Raízes” da migração cabocla para o Sudoeste Paranaense: lugares de origem, trajetórias e territorialização. In: LANGER, P. P.; MARQUES, S. M. dos S.; MARSCHNER, W. R. (Orgs). *Sudoeste do Paraná: ocupação territorial e diversidade étnica*. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2010, p.43-73.
- MESORREGIÃO SUDOESTE. Disponível em: < www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252 >. Acesso em 25 fev. 2017.
- NIEDERHEITMANN, L. C. *Das Matas Primitivas a polo de uma Região: abordagem Histórica de Francisco Beltrão*. Francisco Beltrão – PR, UNICENTRO, 1986.
- NURMBERG, M. A. *História da Educação do Município de Enéas Marques – 1960 a 1992*. Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE, 2017. (Dissertação de Mestrado em Educação).

- OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 143-155, 2001.
- PADIS, P. C. *A Região Sudoeste: o que é e como foi ocupada*. In: Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná- São Paulo: HUCITEC; Curitiba - PR: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- TURMENA, L. *O Público, o Privado e o Estado sob a égide do capital: a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná*. Ponta Grossa-PR. UEPG, 2009. (Dissertação de mestrado em Educação).
- TURMENA, L. Ensino Superior e Política Educacional: a gênese do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.44, dez/2011, p. 189-201.
- WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.
- _____. *História do Paraná*. 10^a ed. Curitiba: Vicentina, 2002.

Recebido em 30 de outubro de 2017.
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.